



ANEXO I DO EDITAL - PROJETO BASICO

Processo Administrativo nº 1001.20032024.01- SEL

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Projeto Básico tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos artigo 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelos Decreto Municipal n.º 450 de 28 de dezembro de 2023 e suas alterações.

1.2. Integram o presente Projeto Básico como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição do objeto;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão Interessado:

2.1.1 Secretaria de Esporte e Lazer

2.2. Objeto:

2.2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE/CE.

2.3. Justificativa:

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID da DFD: 412/2024.
- ID do PCA no PNCP: 07954480000179-0-000007/2024.
- Data de publicação no PNCP: 29/12/2023
- A presente demanda se trata de execução de obra com apoio financeiro do Ministério do Esporte através no programa NOVO PAC do Governo Federal, por meio de repasse, estando a mesma com informações cadastradas e monitoradas através do TRANSFEREGOV, com PLANO DE TRABALHO DE N° 1097904-91, SICONV: 967876, anexa à presente solicitação, fonte sitio: <https://idp.transferegov.sistema.gov.br/idp/>.





2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. As despesas resultantes do presente objeto correrão a conta da seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	VALOR ESTIMADO
10	1001	27 812 0028 1.034 – Const., Ampl., Ref. E Manut. de Equipamentos de Esporte e Lazer	1500000000 1700000000	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações	R\$ 1.815.725,53

Valor global estimado: R\$ 1.815.725,53 (hum milhão, oitocentos e quinze mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos).

3.2 Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado nas normas técnicas correspondentes a confecção de projetos de engenharia, assim como, nas tabelas oficiais e nos demais padrões constantes dos documentos técnicos resultantes, anexos aos autos.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

a) Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

4.2. Da subcontratação:

a) Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.3. Garantia da proposta:

a) Será exigida a garantia da proposta de que tratam os a consoante os dispostos no artigo 58 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, no percentual de 1% do valor estimado da licitação, conforme regras a serem previstas no edital.

4.4. Garantia da contratação:

a) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os a consoante os dispostos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras a serem previstas no contrato.

b) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de Garantia:

4.4.b.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.4.b.2. Seguro-garantia.

4.4.b.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



- c) A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada no prazo previsto para assinatura do contrato. A assinatura do contrato estará condicionada a apresentação de garantia e a sua não apresentação no prazo e condições determinadas, implica na decadência do direito de contratação e demais sanções correspondentes.
- d) No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- e) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO

5.1. Local de execução do Objeto

5.1.1. A execução da obra e ou dos serviços de engenharia deverão ser realizadas nos locais definidos conforme projeto de Engenharia.

5.2. Forma de execução, acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços

- a) O regime de execução se dará por empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados.
- b) A execução será iniciada mediante a expedição de **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÕES DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, pela unidade administrativa contratante.
- c) Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- d) A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.
- e) A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- f) Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para readequação de serviço eventualmente fora de especificação.

5.3. Prazo para início e execução

- a) A execução da obra e ou dos serviços de engenharia será iniciada no prazo de até 05 (CINCO) DIAS, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.
- b) O prazo de execução da obra e ou dos serviços de engenharia será de **180 (cento e oitenta) DIAS** de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

6.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

- a) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- b) O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.3. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal competente designado pela autoridade competente/Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



- a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- b) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- c) O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- d) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo. Não havendo, tal responsabilidade incumbirá ao fiscal administrativo.
- e) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- f) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- g) O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- h) A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- i) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, se for o caso.
- j) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.5. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente/Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;





c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertencentes à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico e ou administrativo, conforme o caso, e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente

6.10. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

6.11. Forma de pagamento

a) A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados conforme medição, na proporção de execução dos serviços, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos, definida pela Administração.

b) Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

c) O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

d) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.11.d.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

6.11.d.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

e) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo



prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

f) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

g) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

h) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

i) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

l) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.12 Do reajustamento, atualização e reequilíbrio

a) Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis **no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo da licitação**, onde caberá o reajuste aos serviços executados após o referido período, ou seja, o que contará é o período de execução dos serviços, não sendo considerada a data de emissão de nota fiscal ou boletim de medição.

b) O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais.

c) Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos Índices de Reajustamentos de Obras Rodoviárias INCC-M, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, seguindo o índice que mais se adequa aos serviços do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. O valor do reajuste será calculado através da fórmula a seguir relacionada:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial - refere-se ao mês da data base do orçamento de referência;

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da data base do orçamento de referência.

d) Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

e) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

f) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

g) Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

h) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



- l) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- j) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- k) Os reajustamentos acompanharão o desempenho no índice setorial. Quando o índice obtiver um desempenho crescente será passível de acréscimo; quando obtiver um desempenho decrescente, será passível de decréscimo.
- l) O reajuste será realizado por apostilamento.
- m) Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.
- n) O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com planilha demonstrativa dos aumentos dos custos originais, próprios e exclusivos da execução contratual e mediante negociação entre as partes.
- o) Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observada a vigência contratual.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará por **12 (DOZE) MESES**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Considerando a natureza de contrato de escopo, onde o prazo de execução somente se extingue quando o contratado entrega para o contratante o objeto contratado, fica estabelecido que o prazo de vigência contratual será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas

- a) Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.
- b) A licitante deverá garantir a execução do objeto sem qualquer defeito ou imperfeição, e se caso constatado alguma imperfeição, terão o objeto ter de ser ajustado e ou refeito e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.
- c) Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda as exigências contidas neste Projeto Básico.
- d) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá, preferencialmente, obedecer ao seguinte parâmetro:

Critério de julgamento	Valor unitário estimado	Intervalo limite de lance
Obras e serviços de engenharia	De R\$ 0,01 até R\$ 119.812,02	Até R\$ 100,00
	Acima de R\$ 119.812,02 até R\$ 1.000.000,00	Até R\$ 1.000,00
	Acima de R\$ 1.000.000,00	Até R\$ 10.000,00

Justificativa quanto a fixação dos intervalos: Esses valores foram baseados no histórico de disputas realizadas pelo município, onde, observou-se que, em julgamentos realizados por valores de baixo vulto, a oferta, via de regra, ocorre pelo valor mínimo a ser ofertado pela plataforma, prejudicando, daí, que os licitantes ofertem melhores condições de proposta e lances mais adequados ao valor unitário do item, protelando a disputa e não



trazendo ganho efetivo a economicidade buscada. Ademais, a fixação dos valores acima mencionados será tida como um referencial, podendo ao agente, ante ao caso concreto, realizar as devidas adequações se assim entender. Por fim, a estipulação dos mencionados limites de intervalos de lances também visa a padronização dos termos e condições da disputa e dos instrumentos convocatórios da Administração.

8.2. Formalidades quanto a proposta de preços:

a) A Proposta de Preços, sob pena de desclassificação, deverá ser composta por um conjunto de informações (Proposta Comercial, Orçamento(s) Detalhado(s) e Cronograma Físico-Financeiro), em papel timbrado da proponente, estando, ainda, devidamente assinada por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, e sendo enviada exclusivamente por meio da plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o item proposto no campo discriminado, em conformidade com o Projeto Básico.

8.3. Na PROPOSTA COMERCIAL deverá constar os seguintes dados:

- Serviços/obras a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;
- Preço Global por quanto a licitante se compromete os serviços/obras objeto desta Licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso;
- Prazo de validade da Proposta, que será de, no mínimo, **90 (NOVENTA) DIAS**;
- Prazo de execução dos serviços/obras que será de **180 (CENTO E OITENTA) DIAS**, contados a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

8.4. ORÇAMENTO(S) DETALHADO(S), contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, assinado por representante legal e responsável técnico habilitado da licitante, contendo ainda:

- Planilha Orçamentária que deu margem aos resultados apresentados na proposta, com preços em duas casas decimais, sem erros de arredondamentos;
- Planilha analítica de encargos sociais;
- Composição analítica de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com a sua situação tributária (cumulativa ou não cumulativa);
- No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Projeto Básico do edital para o item;
- Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$);
- Os preços constantes do orçamento da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a virgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos;
- Só se fará necessária a apresentação da Planilha de Composição de Custos durante o envio da Proposta de Preços Final (Consolidada), a ser tratada em edital. Nela deverão conter todos os itens e coeficientes de produtividade (quantidade) que compõem cada serviço constante no orçamento apresentado, quais sejam equipamentos, materiais, mão-de-obra e/ou encargos sociais. Deverá ainda ter os preços unitários e totais de cada item da composição, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação.

8.5. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

8.5.1. Deverá conter a distribuição cronológica e dos custos necessários à execução de cada grupo/etapa de serviços, essa última expressa em reais e em percentual de proporção sobre o valor global da proposta.

8.5.2. O cronograma não deverá conter prazo superior ao estipulado para a execução dos serviços/obras previsto no Projeto Básico constantes do edital futuro.

8.5.3. A proposta de preços (inicial) servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.



8.5.4. É de inteira responsabilidade da proponente a inclusão dos arquivos os quais possuam compatibilidade com os sistemas operacionais convencionais.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos; e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 14.133/21.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- b. Atestar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- h. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- i. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - j. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - m. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- n. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.



- o. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).
- b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- i) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- p) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de vigência.



- q) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- s) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- u) Assinar e devolver a **ORDEM DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO** ao Município de Horizonte/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- v) Executar os serviços licitados no prazo máximo estabelecido no Projeto Básico, contados do recebimento da **ORDEM DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- w) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- x) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- y) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- z) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Horizonte/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

Obrigações específicas:

- aa) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.
- bb) Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- cc) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- dd) Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- ee) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- ff) Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- gg) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- hh) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- ii) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.



- jj) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- kk) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no projeto básico de engenharia, em plena validade
- ll) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no Conselho Regional Competente, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente antes da emissão de ordem de serviços, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o início da execução dos serviços.
- mm) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- nn) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- oo) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- pp) Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- qq) Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- rr) Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- ss) Florestas plantadas; e
- tt) Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- uu) Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- vv) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- ww) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- xx) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- yy) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- zz) Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- aaa) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- bbb) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:





ccc) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

ddd) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

eee) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

fff) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

ggg) Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

hhh) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

iii) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

b. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

c. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

d. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

e. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

f. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

g. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- h) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/comissão de contratação/a durante o certame;
- i) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - b.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- j) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- k) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- l) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- m) Fraudar a licitação;
- n) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- o) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- p) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- q) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- r) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- s) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.5. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa**:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21



11.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo órgão demandante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

14.1. A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

14.2. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

14.3. É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.



14.4. A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais

14.5. O MUNICÍPIO e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular

HORIZONTE/CE, 13 de dezembro de 2024.

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO-EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:

Deyvison Martins Gonzaga
Fiscal de Contratos

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:

Rochellington Rocha de Oliveira
Secretário de Esporte e Lazer
Município de Horizonte/CE

Este documento é parte integrante e contém cópia fiel dos dados do Termo de Referência original, tendo sido reproduzido em formato digital para fins de atendimento a inserção eletrônica nos portais, contudo, fora baseado no documento de origem a qual repousa dos autos.



ANEXO I DO PROJETO BÁSICO

1. DO ITEM:

1.1. **Justificativa quanto ao quantitativo:** A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado quando da confecção do orçamento e demais peças técnicas condizentes ao projeto básico de engenharia, peça integrante deste Projeto Básico.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
1	412	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE/CE.	SERVIÇO	1	R\$ 1.815.725,53	R\$ 1.815.725,53
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 1.815.725,53



**ANEXO II DO PROJETO BÁSICO
RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
- b.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

- c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)
- c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de



exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1. Qualificação técnica operacional

d.1.1. Certidão de registro da pessoa jurídica expedida pela entidade profissional competente.

d.1.1.1. Para fins deste item, considera-se "entidade/conselho profissional competente" o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outra entidade legalmente habilitada para fiscalizar a atividade básica objeto desta licitação.

d.1.2. Apresentar certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa licitante na condição de "contratada", demonstrando que a empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância requeridas:

Parcela de maior relevância	Quantidade mínima exigida	%	Significância da obra
a) Instalação de Grama Sintética	700,00 m ²	Utilizado 50% da quantidade referente ao item 3.2.5	15,60%
b) Execução de alambrado em tubo de aço	416,69 m ²	Utilizado 50% da quantidade referente ao item 3.4.2	9,58%
c) Execução de estruturas de concreto	62,64 m ²	Utilizado 50% da quantidade de concreto referente ao item 7.4.2	14,55%
d) Execução de instalações elétricas de baixa tensão	Não será exigido quantitativo mínimo para essa parcela	Referente ao item 9.5	4,72%

d.1.3. Na seleção dos itens da planilha orçamentária relacionados à capacitação técnico-operacional, foram criteriosamente considerados dois aspectos fundamentais: o impacto financeiro no orçamento global e a complexidade inerente à execução da obra.

d.1.4. Só serão aceitas Certidões de Acervo Técnico – CAT's ou Certidões de Acervo Operacional – CAO's do tipo "com registro de atestado", haja vista a previsão do art. 58, § único da Resolução CONFEA nº 1.137 de 31/03/2023.



d.1.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

d.1.6. Indicação do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

d.1.7. Em se tratando de consórcio de empresas:

d.1.8. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

d.1.8.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de **consórcio homogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

d.1.8.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de **consórcio heterogêneo**, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

d.1.8.3. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

d.2. Qualificação técnico profissional

d.2.1. A licitante deverá realizar a indicação do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

d.2.1.1. A indicação deverá se dar através de declaração assinada pelo representante legal da licitante, acompanhada da anuência/aceite de cada membro da equipe técnica (profissionais indicados) para se responsabilizar pelos trabalhos;

d.2.1.2. Para fins desta comprovação deverá ser apresentada declaração contendo a indicação da seguinte equipe técnica mínima necessária para fins de execução do objeto:

Categoria	Quantidade de profission(al)(is)
Engenheiro Civil ou outro profissional com atribuições regularmente estabelecidas por força de ato normativo da entidade profissional competente (resolução, deliberação, etc.) ou de norma (lei, decreto, etc.) para responder pelas obras ou serviços técnicos na área de edificações;	01
Engenheiro Eletricista ou outro profissional com atribuições regularmente estabelecidas por força de ato normativo da entidade profissional competente (resolução, deliberação, etc.) ou de norma (lei, decreto, etc.) para projetar, gerar e distribuir, realizar as devidas manutenções dos equipamentos envolvidos e responder pelas obras ou serviços técnicos na área de instalações elétricas.	01

d.2.1.3. Justificativa Técnica: Os serviços constantes no projeto básico compreendem as áreas de engenharia civil e elétrica. Tais fatos podem ser comprovados pela composição analítica dos serviços, onde os engenheiros eletricista e civil integram os serviços técnicos. Contudo, tendo em vista as resoluções vigentes dos conselhos profissionais competentes que diversificam os profissionais que podem atuar em tais áreas, se faz necessário o acompanhamento dos profissionais acima para a execução do objeto da licitação.

d.2.2. Comprovação do registro no conselho profissional competente, do(s) profissional(is) acima indicado(s) as quais deverão ser o(s) detentor(es) do(s) Certidão de Acervo Técnico (CAT) OU Atestado de Capacidade Técnica.

d.2.3. Atestado(s) de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, onde, nesse caso, deverá ser



acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) OU Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público, no caso dos serviços cuja categoria profissional e/ou atividade não seja prevista em conselho regulamentar da profissão, que comprove (m) ter o (s) profissional (is) executado serviços de características técnicas similares as do objeto ora licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância.

d.2.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:

Profissional(is)	Parcela de maior relevância
Engenheiro Civil ou outro profissional equivalente	a. Instalação de Grama Sintética - (referente ao item 3.2.5) representa 15,60% do valor total do orçamento;
	b. Execução de alambrado em tubo de aço - (referente ao item 3.4.2) representa 9,58% do valor total do orçamento;
	c. Execução de estruturas de concreto - (referente ao item 7.4.2) representa 14,55% do valor total do orçamento;
Engenheiro Eletricista ou outro profissional equivalente	d. Execução de instalações elétricas de baixa tensão, referente ao item 9.5, que representa 4,72% do valor total do orçamento

d.2.5. Só serão aceitas Certidões de Acervo Técnico - CAT's do tipo "com registro de atestado", haja vista a previsão do art. 58, § único da Resolução CONFEA nº 1.137 de 31/03/2023;

d.2.6. Entende-se, para fins deste edital, como equipe técnica: sócio, diretor ou responsável técnico.

d.2.7. A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

- Para sócio, mediante a apresentação do contrato social e aditivos;
- Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente;
- Para responsável técnico, mediante apresentação de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada e ou Contrato de Prestação de Serviços conforme o Código Civil Brasileiro e ou Declaração de compromisso futuro da proponente, assumindo o compromisso quanto a efetivação da contratação, caso seja vencedora do certame.

d.2.8. O(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s) indicado(s) deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração e deverão constar obrigatoriamente:

- na prova de registro da entidade competente; e
- no atestado de capacidade técnica profissional apresentado pela licitante;

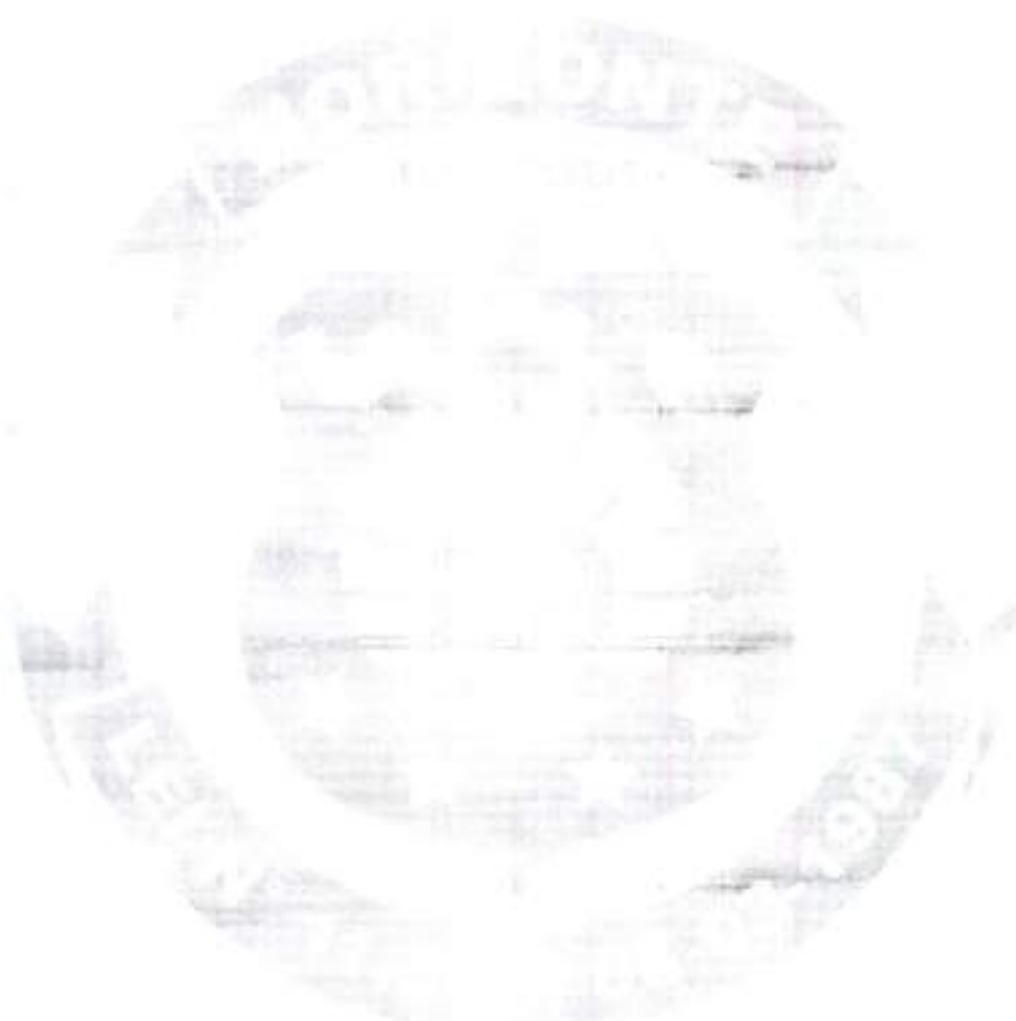
d.2.8.1. Esta comprovação será observada para fins de contratação.

e. Declarações

- Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração expressa de integral concordância com os termos do Projeto Básico e seus anexos;
- Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Obs.: As declarações acima são facultativas, haja vista que, caso as declarações não sejam elaboradas em documento específico e anexados na plataforma pelo Licitante, as mesmas poderão ser extraídas da Plataforma Compras.gov.br, não sendo a ausência destas motivo de inabilitação.





ANEXO III – DO PROJETO BÁSICO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001.20032024.01-SEL

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE/CE.

O presente estudo representa o resultado dos trabalhos técnicos realizados pelo setor técnico encarregado da **SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER e SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS** do Município de Horizonte/CE, o qual, baseado na solicitação do Órgão demandante, promoveu o levantamento de soluções e alternativas e, assim, chegou-se à sugestão de melhor solução a necessidade apresentada. Reforça-se que, visando a verificação da viabilidade financeira, assim como, o preenchimento de certos critérios técnicos os quais exigiam a mensuração mais apurada dos quantitativos e descrições, após a apresentação do panorama das soluções, realizou-se a fase de confecção de orçamento e demais peças necessárias a descrição da necessidade, as quais integrarão o projeto básico de engenharia a seguir demonstrado.

Período de realização: 30/09/2024 À 14/10/2024.

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS E PLANEJAMENTO DA DEMANDA

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A necessidade de promover melhorias na infraestrutura do município de Horizonte, é uma demanda crescente, refletindo diretamente o aumento da população e as mudanças sociais que o bairro tem experimentado nos últimos anos. Uma das principais questões enfrentadas pelos moradores é a carência de espaços públicos voltados para atividades recreativas, esportivas e de convivência, fundamentais para o desenvolvimento físico, social e cultural da comunidade.

O sedentarismo, sobretudo entre crianças e jovens, tem sido um problema frequente, agravado pela falta de áreas adequadas para a prática de esportes e atividades ao ar livre. A inexistência de espaços organizados e seguros para a realização dessas atividades faz com que muitos moradores busquem opções em outras regiões, o que nem sempre é possível devido à distância ou limitações de transporte. Essa realidade afeta diretamente a qualidade de vida dos habitantes, ao limitar suas opções de lazer e práticas saudáveis.

Além disso, a ausência de espaços públicos bem estruturados tem contribuído para a falta de integração social entre os moradores. Um ambiente urbano sem áreas de encontro comunitário dificulta a construção de uma identidade local forte e o senso de pertencimento. A convivência entre os diferentes grupos sociais e etários do bairro, que poderia ser promovida por meio de eventos e atividades comunitárias, é restrita, o que potencializa problemas de isolamento e falta de interação social.



Outro ponto crítico é a escassez de áreas que favoreçam a circulação de pedestres e incentivem a prática de caminhadas e exercícios físicos, fundamentais para combater o sedentarismo e melhorar a saúde pública. O município carece de áreas arborizadas e seguras, onde as pessoas possam caminhar, praticar esportes e se reunir com suas famílias em um ambiente saudável e bem cuidado. Essa carência também impacta negativamente a segurança pública, uma vez que espaços degradados e sem ocupação tendem a se tornar focos de criminalidade e marginalização.

Portanto, a implementação de uma solução que contemple essas necessidades é crucial para a melhoria da qualidade de vida. Ela não apenas proporcionará uma alternativa para os problemas de saúde e sedentarismo, mas também fortalecerá a coesão social e a integração da comunidade, criando um ambiente urbano mais organizado, seguro e atraente para todos os seus moradores.

Em vista dos argumentos apresentados, a construção de um Espaço Esportivo Comunitário não apenas atenderá às necessidades imediatas dos moradores, mas também promoverá o desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a comunidade.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Consta o presente objeto provisionado junto ao **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA** para o exercício de 2025, com o ID do item no PCA n.º 412/2024, no PNCP: 07954480000179-0-000007/2024. A presente demanda se trata de execução de obra com apoio financeiro do Ministério do Esporte através no programa NOVO PAC do Governo Federal, por meio de repasse, estando a mesma com informações cadastradas e monitoradas através do TRANSFEREGOV, com PLANO DE TRABALHO DE N.º 1097904-91, SICONV: 967876, anexa à presente solicitação, fonte sitio: <https://ldp.transferegov.sistema.gov.br/ldp/>.

3. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A construção do Espaço Esportivo Comunitário, composto por um campo de futebol com grama sintética, quadra de basquete, parquinho infantil, pista de caminhada e áreas arborizadas, trará inúmeros benefícios tanto do ponto de vista econômico quanto social. Este projeto visa não apenas promover a prática de atividades físicas e o convívio social entre os moradores, mas também utilizar de maneira eficiente os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, garantindo resultados sustentáveis e duradouros.

Um dos principais aspectos de economicidade do projeto está na escolha de materiais duráveis e de baixa manutenção, como a grama sintética para o campo de futebol, que, além de proporcionar conforto e segurança aos praticantes, reduz significativamente os custos com irrigação e manutenção em comparação ao gramado natural. A quadra de basquete e o parquinho infantil também serão construídos com materiais resistentes ao uso intenso e às variações climáticas, prolongando a vida útil das estruturas e diminuindo as demandas de reparos e substituições frequentes.





O projeto também otimiza o uso dos recursos humanos, e após a construção do Espaço Esportivo Comunitário, espera-se um impacto positivo na economia local, especialmente com o desenvolvimento do comércio na região. O aumento no fluxo de pessoas frequentando o espaço estimulará a criação de pequenos negócios, como lanchonetes e serviços voltados para o público frequentador. Além disso, eventos esportivos e recreativos realizados no espaço atrairão visitantes de outras áreas, gerando demanda por serviços locais e fortalecendo o comércio de maneira sustentável, contribuindo para o crescimento econômico do bairro.

O impacto social do Espaço Esportivo Comunitário será igualmente significativo. A criação de um local que incentiva a prática esportiva, atividades recreativas e a convivência social contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, reduzindo os custos com saúde pública ao promover hábitos de vida mais saudáveis. O espaço também servirá como ponto de encontro para eventos comunitários e esportivos, o que poderá atrair visitantes e fomentar a economia local, criando um ciclo de desenvolvimento que beneficiará toda a comunidade.

Em síntese, a construção do Espaço Esportivo Comunitário reflete uma gestão inteligente e consciente dos recursos disponíveis, buscando maximizar a eficiência econômica e promover o desenvolvimento social. Além de gerar um espaço voltado para a saúde e o bem-estar, o projeto garantirá resultados a longo prazo, consolidando-se como um importante centro de convivência e integração na comunidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

4.1. Entende-se como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

a) Requisitos de habilitação para julgamento:

4.2. Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

Os documentos de habilitação, inclusive os de qualificação técnica, necessários ao certame constarão das peças técnicas a que comporão o projeto básico de engenharia e termo de referência.

4.3. Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que no momento da contratação seja apresentado os seguintes requisitos específicos:

- Certidão de registro **da pessoa jurídica** expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em que conste no quadro de responsável técnico pelo menos um profissional de nível superior habilitado na área de engenharia civil ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente e um profissional de nível superior na área de engenharia elétrica.

- Certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa concorrente na contratação de "contratada", demonstrando que a



empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância.

- Comprovação da licitante de possuir junto a sua Certidão de registro da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, profissional de nível superior na área de engenharia civil ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente

PARTE B - DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS, DA ANÁLISE E ESCOLHA DA SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Em conformidade com as exigências do artigo 18, §1º, inciso V, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, foi realizado um levantamento de mercado para avaliar as alternativas mais adequadas para a construção do Espaço Esportivo Comunitário, no município de Horizonte. Nesse estudo, foram analisadas possibilidades de contratação e de sistemas construtivos, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, com o objetivo de selecionar a solução mais eficiente e vantajosa para o empreendimento. Vale destacar que o projeto segue um modelo padrão previamente estabelecido, no qual todas as características construtivas e definições, incluindo materiais e especificações técnicas, já estão padronizadas. Isso garante uniformidade e otimização dos processos de execução, assegurando que a obra atenda às normas e expectativas de qualidade.

É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

Já a Execução Indireta se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado. Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: empreitada por preço unitário ou empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada ou integrada."

AZEVEDO, Rodrigo. Como contratar com a Administração Pública - as espécies de execução do contrato administrativo. Disponível em: www.rodrigoazevedoadvocaciacom.jusbrasil.com.br/artigos/136583889/Acesso em: 31 de janeiro de 2020



Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Horizonte não detém os meios necessários à concretização para realização dos serviços, visto que seria necessário uma grande variedade de insumos e, conseqüentemente, uma grande variedade de contratos para adquirir os respectivos insumos, como também seria necessário uma grande variedade de mão de obra para atender os mais diversos serviços.

Em relação à análise técnica construtiva, o projeto do Espaço Esportivo Comunitário segue um modelo padrão desenvolvido pelo Governo, no qual todos os materiais e detalhes construtivos já estão previamente definidos. Este tipo de projeto oferece uma estrutura consolidada, garantindo que todas as etapas da construção sejam realizadas com base em normas e especificações técnicas padronizadas, otimizando o processo e assegurando a qualidade final da obra.

A responsabilidade da Administração se concentra, portanto, na atualização do orçamento, que será feita utilizando as tabelas vigentes no momento da execução. Estas tabelas referem-se a parâmetros financeiros atualizados, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou outras tabelas regionais, que permitem a adequação dos custos de materiais e serviços, garantindo que o investimento público seja feito de maneira eficiente e dentro da realidade de mercado.

Essa padronização construtiva permite uma execução mais ágil, com menos riscos de desvios no planejamento e nas especificações, uma vez que todos os elementos técnicos foram previamente aprovados. Assim, o foco da gestão está na correta aplicação dos recursos e na eficiência orçamentária, assegurando que a obra atenda às expectativas da comunidade e seja finalizada dentro dos prazos e custos estabelecidos.

Dessa forma, os sistemas construtivos que serão utilizados na construção do Espaço Esportivo Comunitário seguem um padrão já consolidado, com os seguintes detalhes técnicos destacados a seguir.

A construção do campo de futebol no Espaço Esportivo Comunitário será realizada com atenção aos detalhes técnicos e à qualidade dos materiais, visando garantir um ambiente adequado para a prática esportiva e o lazer da comunidade. O campo será revestido com grama sintética de alta qualidade, com altura mínima de 50 mm. Essa escolha proporciona diversas vantagens, como a durabilidade e a manutenção simplificada, além de garantir uma superfície de jogo uniforme e confortável em todas as condições climáticas.

Para a preservação do campo, este será cercado por um alambrado constituído por tubos de aço galvanizado de 2 polegadas. Essa estrutura não apenas delimitará o espaço do campo, evitando a entrada de animais e a interferência de pessoas não autorizadas, mas também garantirá a integridade dos jogadores, minimizando o risco de acidentes durante as partidas.

Além disso, o campo contará com um par de traves oficiais, medindo 5,00 x 2,20 metros, fabricadas em tubo de aço galvanizado. Essas traves atenderão aos padrões regulamentares, permitindo que partidas oficiais possam ser realizadas no local. A utilização de materiais galvanizados para as traves e o alambrado é uma escolha estratégica, pois garante resistência à corrosão e uma vida útil prolongada, mesmo sob condições climáticas adversas.





A construção da quadra de basquete será realizada com foco na qualidade e na durabilidade dos materiais, assegurando que o espaço atenda às necessidades dos usuários e proporcione condições adequadas para a prática esportiva. A pavimentação da quadra será feita em concreto moldado in loco, com espessura de 8 cm, garantindo uma base robusta e resistente ao impacto do uso constante. Essa espessura foi escolhida para suportar as cargas e as pressões geradas durante as atividades esportivas, assegurando a longevidade da estrutura.

Para proporcionar um ambiente de jogo confortável e seguro, a superfície do concreto será revestida com um piso modular de polipropileno de alto impacto, que oferece proteção UV. Este revestimento é ideal para quadras esportivas, pois proporciona uma boa aderência, minimizando o risco de escorregões e quedas durante as partidas. A escolha do polipropileno, além de aumentar a segurança dos jogadores, contribui para a amortização do impacto, reduzindo a pressão nas articulações e promovendo um desempenho esportivo mais eficaz.

A quadra contará também com tabelas de basquete construídas em compensado naval, material que oferece resistência à umidade e durabilidade. As tabelas serão equipadas com aros e redes, todos fabricados em tubo galvanizado, o que proporciona robustez e resistência à corrosão. A estrutura em tubo galvanizado é uma escolha estratégica, garantindo que os equipamentos resistam ao desgaste e às intempéries, assegurando a integridade e a funcionalidade ao longo do tempo.

O parquinho infantil do Espaço Esportivo Comunitário será projetado para oferecer um ambiente seguro e divertido, estimulando a criatividade e o desenvolvimento físico das crianças. A base do parquinho será construída com piso de concreto de 6 cm de espessura, que proporcionará uma superfície sólida e estável. Este piso será revestido com um piso de borracha esportiva de 15 mm de espessura, conhecido por sua capacidade de amortecer impactos e reduzir o risco de lesões em caso de quedas. Essa combinação garante que o parquinho atenda às normas de segurança exigidas para áreas de recreação infantil.

Para enriquecer a experiência de brincadeira, serão instalados diversos equipamentos de madeira de alta qualidade. Entre as atrações, haverá uma gangorra dupla, que permitirá que duas crianças brinquem ao mesmo tempo, promovendo a interação social e o trabalho em equipe. As paredes de escalada proporcionarão desafios físicos e desenvolverão as habilidades motoras e de coordenação das crianças, ao mesmo tempo em que incentivam a prática de atividades físicas.

O parquinho também contará com uma casinha equipada com um escorregador, que será uma das principais atrações para os pequenos. Esta estrutura não só oferece diversão, mas também estimula a imaginação, permitindo que as crianças criem seus próprios jogos e narrativas. Além disso, serão instalados balanços, que são sempre uma opção popular entre as crianças, proporcionando momentos de alegria e liberdade.

A escolha dos equipamentos em madeira foi feita com a intenção de garantir durabilidade e resistência, além de proporcionar um aspecto natural que harmoniza com o ambiente arborizado do espaço. Os brinquedos serão projetados para suportar o uso intenso e as condições climáticas, assegurando que o parquinho permaneça em ótimo estado por muitos anos.

A pista de caminhada do Espaço Esportivo Comunitário será projetada para proporcionar um espaço seguro e confortável para a prática de atividades físicas ao ar livre. O método construtivo





adotado garantirá a durabilidade e a resistência do piso, essencial para suportar o tráfego contínuo de usuários.

A base da pista será construída em piso de concreto com espessura de 8 cm, que será armado para proporcionar maior resistência e prevenir fissuras. Esse reforço estrutural é fundamental, especialmente em áreas de grande circulação. Abaixo do concreto, haverá um lastro de concreto magro de 5 cm, que atuará como uma camada de suporte, proporcionando estabilidade e uniformidade à superfície.

Para evitar fissuras devido à expansão e contração do concreto, serão executadas juntas de dilatação a cada 3 metros. Essas juntas permitirão que o concreto se mova livremente, minimizando o risco de danos e prolongando a vida útil da pista. Esse cuidado técnico é crucial para manter a integridade da estrutura, especialmente em regiões sujeitas a variações de temperatura e umidade.

Após a finalização da obra, o piso da pista de caminhada será pintado com tinta epóxi, que é conhecida por sua alta resistência e durabilidade. A tinta epóxi não apenas proporciona uma superfície esteticamente agradável, mas também oferece proteção contra abrasão e desbotamento, assegurando que a pista mantenha suas características por um longo período. A pintura também permitirá a demarcação de faixas, facilitando a organização e a segurança dos usuários.

O terreno destinado ao Espaço Esportivo Comunitário apresenta um desnível significativo em um dos seus lados, o que torna necessária a construção de um muro de contenção de concreto armado. Essa estrutura é essencial para garantir a estabilidade do solo e prevenir deslizamentos, proporcionando segurança para as instalações e os usuários do espaço.

O muro de contenção será erguido com concreto de alta resistência, com especificação de 25 MPa, o que assegura durabilidade e robustez à estrutura. Essa escolha de material é fundamental para suportar as cargas exercidas pelo solo e as forças externas, garantindo a integridade do muro ao longo do tempo. Para aumentar ainda mais a proteção do muro contra a umidade, ele será impermeabilizado com argamassa polimérica, uma solução eficaz que impedirá a infiltração de água e prolongará a vida útil da estrutura.

Além da construção do muro, será implementado um sistema de drenagem ao longo da sua extensão. Esse sistema será composto por tubos de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) corrugados perfurados, que facilitarão o escoamento da água acumulada, evitando a pressão excessiva sobre o muro e a saturação do solo. O enchimento será realizado com brita, que garantirá a permeabilidade do solo, permitindo que a água seja drenada eficientemente.

Para complementar essa solução de drenagem, o sistema será envolvido com uma manta geotêxtil, que atuará como um filtro, evitando a obstrução dos tubos e contribuindo para a manutenção da eficácia do sistema de drenagem ao longo do tempo. Essa combinação de técnicas e materiais proporciona uma solução eficaz para gerenciar a água da chuva e a umidade do solo, protegendo o muro de contenção e a estrutura do Espaço Esportivo Comunitário como um todo.

De forma geral, o piso do Espaço Esportivo Comunitário será construído em concreto, com espessura de 6 cm, oferecendo uma superfície resistente e durável para suportar o tráfego de pessoas e as atividades realizadas no local. Esse piso será executado sobre um lastro de concreto





de 5 cm, que proporcionará a base necessária para garantir a estabilidade e uniformidade do solo, evitando deformações e proporcionando maior vida útil à pavimentação.

Para delimitar e organizar o espaço, será instalado um meio-fio de concreto pré-fabricado ao longo de todo o perímetro. Este elemento será essencial para a contenção do piso, além de contribuir para a estética do projeto, garantindo um acabamento mais ordenado e seguro. O meio-fio pré-fabricado em concreto é uma escolha eficiente, pois combina durabilidade e facilidade de instalação, agilizando o processo construtivo.

Além da infraestrutura básica, o espaço será equipado com bancos e mesas de madeira. Esses elementos de mobiliário urbano visam oferecer conforto aos usuários, permitindo que famílias, grupos de amigos e moradores locais utilizem o espaço para descanso e convivência. As mesas de jogos, também em madeira, agregarão uma funcionalidade adicional ao local, incentivando a prática de jogos recreativos e promovendo o lazer entre os frequentadores.

Por fim, a adoção de uma empreitada por preço unitário para a execução do Espaço Esportivo Comunitário se apresenta como a solução mais eficiente, considerando a necessidade de múltiplos insumos e mão de obra especializada, além da clareza na definição dos serviços a serem realizados. A padronização do projeto e a utilização de materiais de alta qualidade garantem não apenas a otimização dos processos construtivos, mas também a durabilidade e segurança da obra. O compromisso com a correta aplicação dos recursos públicos, aliado a uma gestão orçamentária precisa e o foco na satisfação da comunidade, evidencia a responsabilidade da administração na entrega de uma infraestrutura que promoverá o esporte, lazer e integração social. O Espaço Esportivo Comunitário, com suas diversas instalações planejadas, é uma iniciativa que, além de atender às normas técnicas, reforça o papel do poder público na promoção do bem-estar coletivo e no fortalecimento dos laços comunitários.

PARTE C - DA ANÁLISE TÉCNICA RESULTANTE DA ESCOLHA

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

As quantidades de materiais e mão de obra foram levantadas tomando-se como base os padrões necessários para fins de confecção de projetos de engenharia.

É essencial destacar que as quantidades e todas as informações técnicas pertinentes estão minuciosamente descritas no Projeto Básico. A definição final deu-se através de um conjunto de projetos técnico-executivos (levantamento topográfico, projeto de pavimentação, projeto geométrico e etc.), a partir de seus respectivos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, sob responsabilidade dos projetistas encarregados. Nesse contexto, as memórias de cálculo, que são fundamentais para embasar os quantitativos, foram elaboradas de forma criteriosa e estão devidamente incluídas no referido projeto. Assim como as soluções de execução, todas essas informações foram consolidadas no Memorial Descritivo, que constitui parte integrante e essencial do estudo técnico preliminar. É importante ressaltar que o Projeto Básico foi elaborado e assinado





por um Responsável Técnico habilitado, assegurando a qualidade e a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

Ademais, para fins da correta mensuração, também foi realizada visita "in loco" no local da execução dos serviços.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, Tabela de Preços e Custos da SEINFRA, da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará e tabela de preços da ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe). Na falta de composição nos boletins de referência, serão apresentadas composições unitárias dos serviços, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, resultando no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que compõe a documentação do Projeto Básico de engenharia.

Adicionalmente, foi realizado um comparativo estimando o custo tanto pelas tabelas desoneradas quanto pelas não desoneradas. O valor do orçamento com base na tabela desonerada fixou-se em R\$ 1.850.423,95, enquanto que, utilizando as tabelas não desoneradas, o valor ficou em R\$ 1.815.725,53. A diferença entre os dois valores representa uma economia de aproximadamente 1,88% ao se utilizar as tabelas não desoneradas. Conclui-se que a utilização das tabelas sem desoneração da SEINFRA e do SINAPI apresenta-se mais vantajosa para a Administração, resultando em um custo menor para a execução do projeto.

Por fim, estima-se o valor da despesa em R\$ 1.815.725,53 (um milhão, oitocentos e quinze mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e três centavos).

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Considerando o regime adotado para o presente objeto, a Administração visa a contratação da empreitada por preço unitário certo, de modo que possa ter a correta mensuração de todos os itens necessários a execução do serviço como um todo.

Neste sentido, considerando que em se tratando de obras e serviços de engenharia, a interrelação das etapas é extremamente necessária, sobretudo, pelo fato de que a conclusão de uma etapa, via de regra impacta no início ou no retardamento de outra, logo, a utilização do parcelamento para o mesmo objeto não é o mais adequado, posto que a segmentação impactará o no objeto fim.



Logo, não há serviços específicos nessa obra que um possível parcelamento pudesse trazer vantagem financeira significativa.

Ademais, a gerencia da execução caberá a uma única empresa, ou seja, não assistindo razão lógica para o parcelamento também no que corresponde as demais questões operacionais.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

A construção do Espaço Esportivo Comunitário, no município de Horizonte, se dará em conformidade com o previsto no projeto básico; memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que serão elaborados pelo setor competente, seguindo as seguintes informações:

MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

- Concorrência eletrônica
- Pregão
- Leilão
- Concurso
- Diálogo competitivo

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- Menor Preço
- Maior Desconto
- Melhor técnica ou conteúdo artístico
- Técnica e preço
- Maior lance
- Maior retorno econômico

TIPO DE OBRA/SERVIÇO:

- Obra Comum
- Obra Especial
- Obra de grande vulto
- Serviço Comum de Engenharia
- Serviço Especial de Engenharia

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA:

- Empreitada por preço global
- Empreitada por preço Unitário
- Empreitada integral
- Contratação semi-integrada
- Contratação integrada

MODO DE DISPUTA:

- Aberto
- Aberto e fechado
- Fechado e aberto
- Fechado

O detalhamento demasiado da solução escolhida será descrito no projeto básico de engenharia, resultante dos estudos e nas demais etapas para persecução do presente ETP.

Justifica-se a escolha do julgamento de menor preço, haja vista trata-se de objeto único, conforme também se define o regime de execução e a forma de empreitada, de modo que todas se relacionam ante a única execução e entrega.

Nesse caso da empreitada por preço unitário, é estabelecido um padrão ou uma unidade de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.



Ademais, trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar a obra descrita no Projeto Básico e Projeto Executivo e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE.

No que tange a manutenção e assistência técnica, tal quesito não se aplica ao presente objeto, haja vista tratar-se de obras.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Providências gerais adotadas pela Administração

As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das eventuais contratações decorrentes do registro de preços.

A Controladoria Geral do Município dispõe de normativa disciplinar as quais apresentam os direcionamentos da competência se atividades as quais devem ser exercidas pelos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, bem como, regulamenta tais atribuições.

A CGM também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

Providências específicas da execução

A Administração deverá prover os devidos acessos à contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de insumos, formas de acesso dos operários etc.

Também será necessário a emissão de alvarás, licenças, regularização junto aos conselhos dos respectivos profissionais e empresas responsáveis pela obra e emissão de CNO (cadastro nacional de obras).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes que impactem na execução do objeto, especialmente, por se tratar de contratação realizada por regime de execução de empreitada, cabendo a contratada o oferecimento de todos os insumos, serviços, mão-de-obra e demais elementos necessários a concretude do objeto.

Ademais, trata-se de projeto os quais foram desenvolvidos internamente pela área técnica correspondente, tendo-se adotado como padrão de mensuração e confecção das informações, as fontes acima referenciadas, com isso, a execução da obra, por sua finalidade e complexidade, não exige o emprego de técnicas construtivas inusuais, que não possam ser executadas por uma única empresa ou mesmo alvo de subcontratação, sem prejuízos ao resultado esperado.



12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII)

Possível impacto ambiental:

Geração de resíduos prejudiciais ao meio ambiente a partir da execução da obra.

Medidas mitigadoras:

A contratante deve emitir licenciamento ambiental junto ao órgão competente para a execução da obra em questão.

Os materiais e equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço:

a) Observar os padrões previstos na legislação específica no que se refere à disposição final dos resíduos provenientes da construção, demolição, reparos e da preparação e escavação de solo, responsabilizando-se pela sua disposição final em locais licenciados e apresentação do comprovante da destinação.

b) Deverá ainda observar as seguintes resoluções relativas às Políticas Públicas e Normas Técnicas:

- Lei Nº. 12.305/2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº. 9.605/1998; e dá outras providências.

- Resolução CONAMA Nº 307 - Gestão dos Resíduos da Construção Civil, de 5 de julho de 2002.

- Legislações municipais referidas à Resolução CONAMA.

- Normas técnicas referentes a resíduos (NBR's 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116 de 2004).

- Observar a Resolução CONAMA Nº. 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

- c) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, por parte de seus empregados, durante a execução dos serviços.

- d) Empregar tintas à base de água, livre de compostos orgânicos-voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo, nos termos da Resolução Nº. 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para Construção do Espaço Esportivo Comunitário no bairro Buenos Aires mostra-se tecnicamente e economicamente possível e fundamentadamente necessária para o alcance dos objetivos propostos, proporcionando à Administração Pública a oportunidade de fornecer serviços de qualidade, atendendo a demanda da população oferecendo um novo espaço físico para desenvolverem suas atividades comerciais, com condições apropriadas para o recebimento da população.

PARTE D – JUSTIFICATIVA E ANEXOS

14. JUSTIFICATIVAS:





As justificativas e demais direcionamentos necessários ao objeto do presente procedimento encontram-se no anexo I deste documento.

15. RELAÇÃO DE ANEXOS:

- a) Anexo I – Justificativas e demais direcionamentos necessários ao objeto;
- b) Anexo II – Projeto de Engenharia.

HORIZONTE/CE, 14 de outubro de 2024.

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO-EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:

Deyvison Martins Gonzaga
Fiscal de Contratos

UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL:

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS:

Carlos Artur Carneiro Pinheiro
Engenheiro Civil

Daniel Wyllame Santiago Ramalho
Engenheiro Civil

Francisco Sousa de Oliveira Neto
Engenheiro Eletricista

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:

Rochellington Rocha de Oliveira
Secretário de Esporte e Lazer
Ordenador de despesas

Este documento é parte integrante e contém cópia fiel dos dados do Termo de Referência original, tendo sido reproduzido em formato digital para fins de atendimento a inserção eletrônica nos portais, contudo, fora baseado no documento de origem a qual repousa dos autos.



**ANEXO I DO ETP
JUSTIFICATIVAS E DIRECIONAMENTOS QUANTO AO OBJETO**

a) Justificativa quanto a subcontratação.

Não será admitida a subcontratação dos serviços, haja vista que, considerando a natureza sintética do objeto, não haverá ganho para o presente objeto em relação a eventual subcontratação, sobretudo, pela necessidade de prestação de serviços de forma direta aos órgãos interessados, garantindo um melhor acompanhamento do objeto por parte da Administração e, por conseguinte, maior eficiência na contratação.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros na prestação dos serviços, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por esse motivo, fica vedada a subcontratação do objeto, ainda que parcial.

A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável e se torna uma boa opção para a administração.

Nesse caso, consoante as disposições constantes do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, fica o contratado obrigado a apresentar documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

b) Justificativa quanto as garantias do procedimento

a. Garantia da proposta

A garantia da proposta é necessária ao presente objeto haja vista salvaguardar a Administração quanto as propostas ofertadas no curso da disputa licitatória, de modo que seja exigido licitante, a garantia mínima de cumprimento da proposta.

A Nova Lei de Licitações trouxe tal possibilidade, conforme se observa:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.



Da mesma forma, a exigência de garantia de proposta não se trata de medida restritiva a competitividade, posto que além de ser uma faculdade legal estampada no art. 58 da NLL, também se coaduna como procedimento basilar no curso da escolha da melhor proposta, garantindo que a Administração possa realizar a melhor escolha para a sua necessidade.

É nesse sentido como vem entendendo a Doutrina, dentre estes, citamos as exposições enfáticas de Joel de Menezes Niebuhr, nesses termos:

"pressupõe-se que, se o licitante não tem condições de oferecer garantia limitada a 1% do valor estimado do contrato, ele não tem condições econômico-financeiras de executá-lo"¹

Assim como, Ronny Charles²:

"Por conta de tudo isso, entendemos que a garantia de proposta como requisito de pré-habilitação pode ser um excelente instrumento capaz de regular positivamente a licitação, a fim de desestimular a participação de licitantes irresponsáveis e aventureiros, preservando o interesse público e, conseqüentemente, salvaguardando a obtenção da vantajosidade."

Ante o exposto, considerando a ausência de prejuízo a competição, assim como, a cautela administrativa e zelo ao erário, a mencionada garantia será exigida pela sua necessidade, em até **1% (um por cento) do valor estimado da licitação**

Reforça-se que, entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor final vencido pelo licitante, logo, considerando que tal exigência é requisito de "pré-habilitação", após a fase de disputa dos lances e antes da análise dos documentos de habilitação, a mesma deverá ser apresentada pelo licitante vencedor.

b. Garantia da contratação (se for o caso)

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5%** do valor inicial da contratação, nos termos consignados na Nova Lei de Licitações, qual seja:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A mencionada exigência também se perfaz necessária, agora, com o intuito de garantir a execução e a eficiência contratual.

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 805.

² <https://ronnycharles.com.br/apontamentos-sobre-a-garantia-de-proposta-na-lei-no-14-133-2021/>



A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

c) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio:

Será permitida a participação de empresas em forma de consórcio.

d) Justificativa quanto a adoção do SRP

Não se aplica, por não se tratar de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional (art. 85, I da Lei Federal n.º 14.133/21) e necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado (art. 85, II da Lei Federal n.º 14.133/21).

e) Justificativa quanto ao critério de julgamento por lote:

Não se aplica.

f) Justificar a vedação da participação de pessoas físicas:

Não se aplica, haja vista que, para o presente objeto é importante observar os requisitos legais e técnicos necessários para garantir a execução do objeto pretendido, os que somente as pessoas jurídicas devidamente formalizadas atenderiam a esses requisitos, logo, a participação de pessoa física para o mencionado objeto não guarda coerência lógica, assim como, as disposições legais pertinentes ao ramo de atividade.

g) Justificar a vedação da participação de cooperativas:

Não se aplica, haja vista que a obra requer uma organização e controle de qualidade, técnica e capacidade para realizar de forma eficiente e dentro dos prazos estipulados.

Empresas especializadas oferecem garantias contratuais, enquanto cooperativas, devido à sua estrutura, podem não ter a mesma capacidade de prestar garantias técnicas ou assumir responsabilidades em caso de falhas na execução dos serviços. Cooperativas podem ter limitações na mobilização de recursos técnicos e humanos com a mesma flexibilidade e rapidez exigida em contratos públicos. Em síntese, a vedação à participação de cooperativas em uma obra pode ser justificada por questões relacionadas à capacidade financeira, técnica, à estrutura organizacional das cooperativas e às exigências legais específicas de contratos e licitações.



PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



ANEXO II DO ETP - PROJETO DE ENGENHARIA



Handwritten signature



PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Horizonte

Projeto Básico de Engenharia

**OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL
LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE – CE.**

OUTUBRO/2024

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ,
1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Apresentação



CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE – CE.

Dados da Obra

Este memorial refere-se à execução dos serviços de Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Horizonte, Localizado na Rua Manoel Luiz, 1570, Buenos Aires, Horizonte – CE.

Localização da Obra

A referida obra será executada na localidade do Buenos Aires, no município de Horizonte/CE.



Descrição Sumária do Projeto

Este projeto apresenta-se em um único volume contendo os seguintes capítulos:

- ⊕ Apresentação;
- ⊕ Localização no Município;
- ⊕ Planilha Orçamentária;
- ⊕ Cronograma Físico-Financeiro;
- ⊕ Memória de Cálculo;
- ⊕ Curva ABC de Serviços;
- ⊕ Composições de Preços Unitários;
- ⊕ Composição dos Encargos Sociais;
- ⊕ Composição do BDI;
- ⊕ Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;
- ⊕ Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- ⊕ Relatório Fotográfico;
- ⊕ Licença Ambiental
- ⊕ Acessibilidade
- ⊕ Plano de Sustentabilidade
- ⊕ Cotações
- ⊕ Peças Gráficas
- ⊕ Recomendações Editalícias

Atenciosamente.

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ,
1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Localização no Município



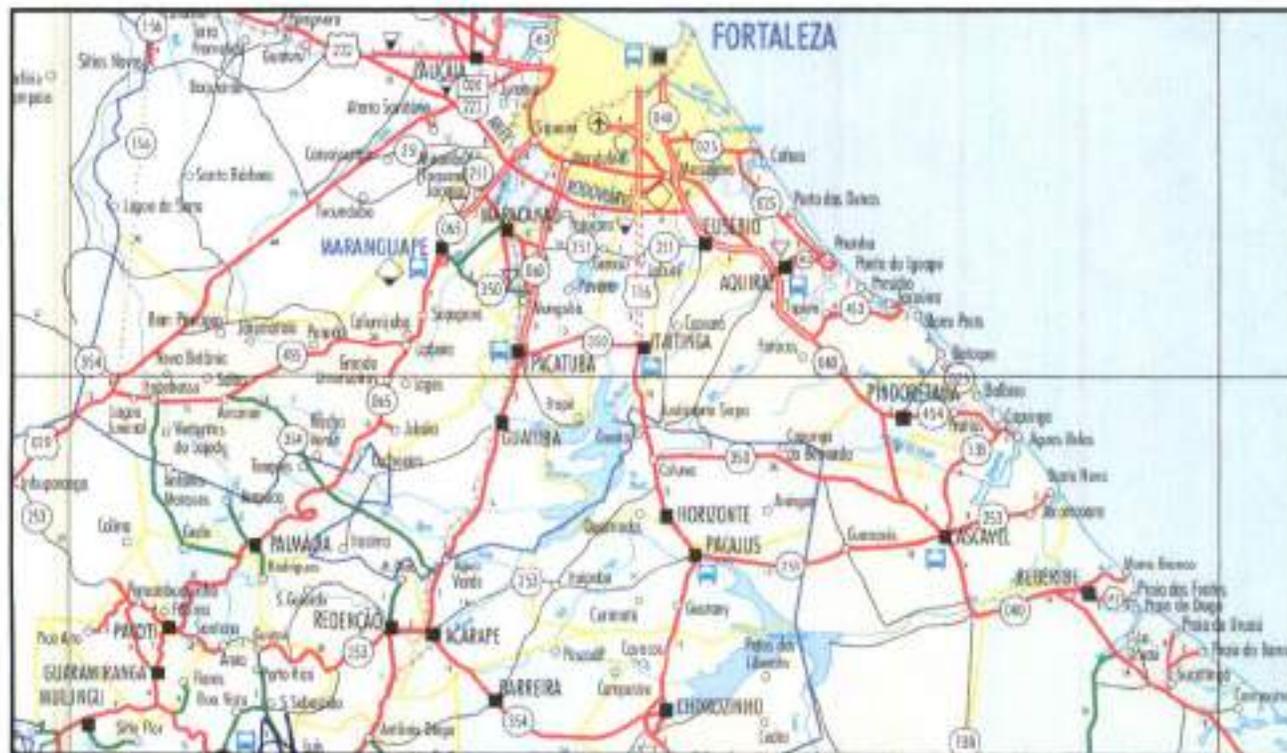
CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Localização do Município



Situação do Município



Ricardo Dantas Sampaio
Secretário de Infraestrutura, Urbanismo
Agropecuária e Recursos Hídricos
CPF: 351.726.383-00
Portaria 11744/2021

Acessos ao Município

Francisco Sousa de Oliveira Neto
Francisco Sousa de Oliveira Neto
Engenheiro Eletricista
RNP: 061448507-5

Daniel Wylarrie
Daniel Wylarrie
Engenheiro Civil - RNP 061078285-8
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ,
1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Cronograma Físico-Financeiro

[Handwritten signature] *[Handwritten initials]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE - CE
 OBRA: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE
 ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE
 BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)
 RDI SERVIÇOS: 19,21%
 ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CONTRATO		30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS		180 DIAS	
		FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO	FÍSICO %	FINANCEIRO
1	ADMINISTRAÇÃO	3,81%	R\$ 63.887,00	13,84%	R\$ 8.808,50	18,48%	R\$ 11.785,76	19,56%	R\$ 12.415,55	16,83%	R\$ 10.815,01	14,81%	R\$ 10.698,76	14,89%	R\$ 9.353,41
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	2,31%	R\$ 41.957,83	100,00%	R\$ 41.957,83	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -
3	CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA	36,26%	R\$ 658.374,12	5,00%	R\$ 32.919,71	20,00%	R\$ 131.674,82	20,00%	R\$ 131.874,82	20,00%	R\$ 131.074,82	24,00%	R\$ 154.593,53	10,00%	R\$ 65.837,41
4	MEIA QUADRA DE BASQUETE	6,71%	R\$ 103.638,32	5,00%	R\$ 5.181,82	-	R\$ -	38,00%	R\$ 31.090,90	30,00%	R\$ 31.090,90	28,00%	R\$ 25.909,08	10,00%	R\$ 10.363,63
5	PARQUINHO INFANTIL	7,12%	R\$ 129.247,95	5,00%	R\$ 6.462,40	-	R\$ -	-	R\$ -	30,00%	R\$ 30.774,39	30,00%	R\$ 38.774,39	35,00%	R\$ 45.238,78
6	PISTA DE CAMINHADA	9,87%	R\$ 180.978,47	5,00%	R\$ 9.048,92	15,00%	R\$ 27.146,77	15,00%	R\$ 27.146,77	20,00%	R\$ 36.195,69	20,00%	R\$ 36.195,69	15,00%	R\$ 27.146,77
7	MURO DE CONTENÇÃO	14,63%	R\$ 264.127,27	35,00%	R\$ 92.444,54	35,00%	R\$ 92.444,54	30,00%	R\$ 76.238,15	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -
8	TOTEM EM CONCRETO ARMADO	0,60%	R\$ 10.897,57	-	R\$ -	-	R\$ -	-	R\$ -						
9	IMPLANTACÃO GERAL	19,96%	R\$ 352.849,00	15,00%	R\$ 54.427,35	20,00%	R\$ 72.509,80	20,00%	R\$ 72.509,80	15,00%	R\$ 54.427,35	-	R\$ -	30,00%	R\$ 108.854,70
TOTAL GERAL DOS SERVIÇOS :		100,00%	R\$ 1.816.735,83	13,84%	R\$ 251.250,07	19,48%	R\$ 335.604,70	19,56%	R\$ 354.128,03	16,83%	R\$ 302.778,16	16,81%	R\$ 305.198,80	14,89%	R\$ 266.792,71
TOTAL ACUMULADO DOS SERVIÇOS:				13,84%	R\$ 251.250,07	32,32%	R\$ 586.851,77	51,82%	R\$ 940.987,80	68,65%	R\$ 1.243.765,96	86,31%	R\$ 1.548.932,82	100,00%	R\$ 1.816.735,83

Daniel Vellum
 Daniel Vyllarwe
 Engenheiro Civil - RQE 02197205-4
 PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

Ricardo Danyas Campaio
 Ricardo Danyas Campaio
 Secretário de Infraestrutura Urbanismo
 Agropecuária e Recursos Hídricos
 CPF: 3.817.744.863-00
 Portante Nº 11/2021



CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Planilha Orçamentária



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA					R\$ 63.657,00	R\$ 63.657,00
1.1		ADMINISTRAÇÃO					R\$ 63.657,00	R\$ 63.657,00
1.1.1	CPMH01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	%	100,00	R\$ 533,99	R\$ 636,57	R\$ 53.399,00	R\$ 63.657,00
2		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 41.957,83	R\$ 41.957,83
2.1		PREPARAÇÃO DO TERRENO					R\$ 33.813,62	R\$ 33.813,62
2.1.1	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	8,00	R\$ 465,72	R\$ 555,18	R\$ 3.725,76	R\$ 4.441,44
2.1.2	101203	CERCA COM MOURÕES DE MADEIRA ROLIÇA, DIÂMETRO 11 CM, ESPAÇAMENTO DE 2,5 M, ALTURA LIVRE DE 1,7 M, CRAVADOS 0,5 M, COM 5 FIOS DE ARAME DE AÇO OVALADO 15X17 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_05/2020	M	248,13	R\$ 39,53	R\$ 47,12	R\$ 9.808,58	R\$ 11.691,89
2.1.3	10775	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MES	5,00	R\$ 1.425,00	R\$ 1.698,74	R\$ 7.125,00	R\$ 8.493,70
2.1.4	10776	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO (NAO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MES	5,00	R\$ 1.113,28	R\$ 1.327,14	R\$ 5.566,40	R\$ 6.635,70
2.1.5	CPMH39	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA	UND	1,00	R\$ 2.139,83	R\$ 2.550,89	R\$ 2.139,83	R\$ 2.550,89
2.2		LOCAÇÃO					R\$ 1.054,15	R\$ 1.054,15
2.2.1	CPMH21	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2)	M2	3.513,84	R\$ 0,25	R\$ 0,30	R\$ 878,46	R\$ 1.054,15
2.3		MOVIMENTO DE TERRA					R\$ 7.090,06	R\$ 7.090,06
2.3.1	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	M3	75,25	R\$ 79,04	R\$ 94,22	R\$ 5.947,76	R\$ 7.090,06
3		CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA					R\$ 658.374,12	R\$ 658.374,12
3.1		FÓRMAS					R\$ 6.060,05	R\$ 6.060,05
3.1.1	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	21,42	R\$ 106,67	R\$ 127,16	R\$ 2.284,87	R\$ 2.284,87
3.1.2	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	71,41	R\$ 0,71	R\$ 0,85	R\$ 50,70	R\$ 50,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BOI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA										TOTAL R\$ 1.815.725,53
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI		
3.1.3	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	71,41	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 2.747,86	R\$ 3.275,58		
3.2		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 365.167,30		
3.2.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	1.450,00	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 3.987,50	R\$ 4.756,00		
3.2.2	CPMH02	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1), ESPESSURA DE 10 CM	M3	140,00	R\$ 197,58	R\$ 235,54	R\$ 27.661,20	R\$ 32.975,60		
3.2.3	CPMH03	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	R\$ 232,22	R\$ 276,83	R\$ 16.255,40	R\$ 19.378,10		
3.2.4	CPMH04	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PÓ DE BRITA), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	R\$ 232,22	R\$ 276,83	R\$ 16.255,40	R\$ 19.378,10		
3.2.5	CPMH05	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MÍNIMA DE 50MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	M2	1.400,00	R\$ 169,73	R\$ 202,34	R\$ 237.622,00	R\$ 283.276,00		
3.2.6	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	50,00	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 1.924,00	R\$ 2.293,50		
3.2.7	CPMH06	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	50,00	R\$ 52,18	R\$ 62,20	R\$ 2.609,00	R\$ 3.110,00		
3.3		ESTRUTURA						R\$ 37.183,67		
3.3.1	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	79,34	R\$ 103,09	R\$ 122,89	R\$ 8.179,16	R\$ 9.750,09		
3.3.2	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	110,79	R\$ 20,44	R\$ 24,37	R\$ 2.264,55	R\$ 2.699,95		
3.3.3	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA 50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	250,73	R\$ 16,47	R\$ 19,63	R\$ 4.129,52	R\$ 4.921,83		
3.3.4	96555	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COBORO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	5,95	R\$ 755,34	R\$ 900,44	R\$ 4.494,27	R\$ 5.357,62		
3.3.5	CPMH07	ESTACA BROCA DE CONCRETO (0,20 X 0,20) M, ESCAVAÇÃO MANUAL, COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	M	58,00	R\$ 209,05	R\$ 249,21	R\$ 12.124,80	R\$ 14.454,18		
3.4		ALVENARIA E FECHAMENTO						R\$ 189.021,82		
3.4.1	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FCK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	78,50	R\$ 106,81	R\$ 127,33	R\$ 8.384,59	R\$ 9.995,41		

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

19,21%

(HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

TOTAL R\$ 1.815.725,53

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
3-4-2	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 1/2"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	833,38	R\$ 175,17	R\$ 208,82	R\$ 145.983,17	R\$ 174.026,41
3-5		REVESTIMENTO						R\$ 9.976,55
3-5-1	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	180,80	R\$ 5,05	R\$ 6,02	R\$ 913,04	R\$ 1.088,42
3-5-2	87530	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M². E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	180,80	R\$ 41,24	R\$ 49,16	R\$ 7.456,19	R\$ 8.888,13
3-6		PINTURA						R\$ 51.648,76
3-6-1	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	180,80	R\$ 11,04	R\$ 13,16	R\$ 1.996,03	R\$ 2.379,33
3-6-2	100761	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	M2	833,38	R\$ 49,59	R\$ 59,12	R\$ 41.327,31	R\$ 49.269,43
3-7		EQUIPAMENTOS						R\$ 4.315,97
3-7-1	CPMH08	CONJUNTO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 5,00 X 2,20 M EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 4", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTÉTICO E REDES DE POUETILENO FIO 3 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00	R\$ 3.620,48	R\$ 4.315,97	R\$ 3.620,48	R\$ 4.315,97

4 MEIA QUADRA DE BASQUETE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
4		MEIA QUADRA DE BASQUETE						R\$ 103.636,32
4-1		PAVIMENTAÇÃO						R\$ 99.122,92
4-1.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	221,00	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 607,75	R\$ 724,88
4-1.2	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIEIS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	221,00	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 8.504,56	R\$ 10.137,27
4-1.3	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	221,00	R\$ 99,91	R\$ 119,10	R\$ 22.080,11	R\$ 26.321,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BOI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA							TOTAL R\$ 1.815.725,53
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BOI	PREÇO UNITÁRIO COM BOI	PREÇO TOTAL COM BOI
4.1.4	CPMH22	PISO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO E RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO UV, INCLUINDO DEMARCAÇÃO DA QUADRA COM TINTA À BASE DE PU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	221,00	R\$ 235,11	R\$ 280,27	R\$ 61.939,67
4.2		EQUIPAMENTOS					R\$ 4.513,40
4.2.1	CPMH10	TABELA DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM ARÓS, REDES E ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 3.786,09	R\$ 4.513,40	R\$ 4.513,40
5		PARQUINHO INFANTIL					R\$ 129.247,95
5.1		PAVIMENTAÇÃO					R\$ 99.719,61
5.1.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	142,83	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 468,48
5.1.2	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	142,83	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 6.551,61
5.1.3	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2	142,83	R\$ 62,15	R\$ 74,09	R\$ 10.582,27
5.1.4	101735	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	142,83	R\$ 482,28	R\$ 574,93	R\$ 82.117,25
5.2		EQUIPAMENTOS					R\$ 29.528,34
5.2.1	CPMH11	PAREDE ESCALADA (2,00 X 1,80)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M111 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	2,00	R\$ 2.794,69	R\$ 3.331,55	R\$ 6.663,10
5.2.2	CPMH12	GANGORRA DUPLA (3,00 X 2,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M128 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	R\$ 2.416,65	R\$ 2.880,89	R\$ 2.880,89
5.2.3	CPMH13	BRINQUEDO (4,00 X 5,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, CONTENDO 1 CASINHA, 1 RAMPA DE ACESSO, 1 ESCORREGADOR, 1 ESCADA DE MARINHEIRO E 2 BALANÇOS, REF. MODELO M220 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - UM	UN	1,00	R\$ 13.742,28	R\$ 16.382,17	R\$ 13.742,28
5.2.4	CPMH14	BALANÇO DUPLA (1,50 X 3,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M117 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	R\$ 3.021,71	R\$ 3.602,18	R\$ 3.602,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



TOTAL R\$ 1.815.725,53

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
6		PISTA DE CAMINHADA					R\$ 180.978,47	R\$ 134.088,86
6.1		PAVIMENTAÇÃO						
6.1.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	613,23	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 1.686,38	R\$ 2.011,39
6.1.2	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	613,23	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 23.597,09	R\$ 28.128,86
6.1.3	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM. ARMADO. AF_08/2022	M2	613,23	R\$ 99,91	R\$ 119,10	R\$ 61.267,81	R\$ 73.035,69
6.1.4	97097	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021	M2	613,23	R\$ 42,29	R\$ 50,41	R\$ 25.933,50	R\$ 30.912,92
6.2		PINTURA						R\$ 46.889,61
6.2.1	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	613,23	R\$ 60,46	R\$ 72,07	R\$ 37.075,89	R\$ 44.195,49
6.2.2	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	204,41	R\$ 11,06	R\$ 13,18	R\$ 2.260,77	R\$ 2.694,12
7		MURO DE CONTENÇÃO					R\$ 264.127,27	R\$ 12.626,06
7.1		MOVIMENTO DE TERRA						
7.1.1	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	87,04	R\$ 106,67	R\$ 127,16	R\$ 9.284,56	R\$ 11.068,01
7.1.2	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	58,75	R\$ 22,25	R\$ 26,52	R\$ 1.307,19	R\$ 1.558,05
7.2		FORMAS						R\$ 23.328,06
7.2.1	100941	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA CORTINA DE CONTENÇÃO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM, 10 UTILIZAÇÕES. AF_07/2019	M2	463,41	R\$ 42,23	R\$ 50,34	R\$ 19.569,80	R\$ 23.328,06
7.3		ARMADURAS						R\$ 46.606,14
7.3.1	100342	ARMAÇÃO DE CORTINA DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, COM AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_07/2019	KG	1.275,90	R\$ 14,48	R\$ 17,26	R\$ 18.475,03	R\$ 22.672,03
7.3.2	100343	ARMAÇÃO DE CORTINA DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO, COM AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_07/2019	KG	2.775,74	R\$ 13,48	R\$ 16,07	R\$ 37.418,98	R\$ 46.606,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
7.4		CONCRETOS						TOTAL R\$ 1.815.725,53
7.4.1	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	133,92	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 5.153,24	R\$ 144.965,89
7.4.2	CPMH41	CONCRETO FCK = 25MPA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L	M3	125,28	R\$ 607,00	R\$ 723,60	R\$ 76.044,96	R\$ 90.652,61
7.4.3	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	131,97	R\$ 306,19	R\$ 365,01	R\$ 40.407,89	R\$ 48.170,37
7.5		IMPERMEABILIZAÇÃO E DRENAGEM						R\$ 16.579,09
7.5.1	98555	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	290,88	R\$ 33,24	R\$ 39,63	R\$ 9.668,85	R\$ 11.527,57
7.5.2	102722	DRENO EM MURO DE CONTENÇÃO, EXECUTADO NO PÉ DO MURO, COM TUBO DE PEAD CORRUGADO FLEXÍVEL PERFORADO, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÉXTIL. AF_07/2021	M	72,00	R\$ 58,85	R\$ 70,16	R\$ 4.237,20	R\$ 5.051,52
8		TOTEM EM CONCRETO ARMADO						R\$ 10.897,57
8.1		MOVIMENTO DE TERRA						R\$ 949,15
8.1.1	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	7,02	R\$ 96,97	R\$ 115,60	R\$ 680,73	R\$ 811,51
8.1.2	104737	REATERRO MANUAL DE VALLAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	5,19	R\$ 22,25	R\$ 26,52	R\$ 115,48	R\$ 137,64
8.2		INFRAESTRUTURA						R\$ 3.405,87
8.2.1	96529	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	M2	1,72	R\$ 297,40	R\$ 354,53	R\$ 511,53	R\$ 609,79
8.2.2	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	53,29	R\$ 13,02	R\$ 15,52	R\$ 693,84	R\$ 827,06
8.2.3	96616	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_01/2024	M3	0,22	R\$ 832,57	R\$ 992,51	R\$ 183,17	R\$ 218,35
8.2.4	96556	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	1,61	R\$ 912,15	R\$ 1.087,37	R\$ 1.468,56	R\$ 1.750,67
8.3		SUPERESTRUTURAS						R\$ 6.160,67

Handwritten signature and stamp of the Municipality of Horizonte, Ceará. The stamp includes the text 'PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE - CE' and a date '2024/08/08'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SENFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
TOTAL R\$ 1.815.725,53								
8.3.1	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	M2	11,04	R\$ 269,73	R\$ 321,55	R\$ 2.977,82	R\$ 3.549,91
8.3.2	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	0,77	R\$ 14,44	R\$ 17,21	R\$ 11,12	R\$ 13,25
8.3.3	92760	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	43,12	R\$ 13,55	R\$ 16,15	R\$ 584,28	R\$ 696,39
8.3.4	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	11,06	R\$ 12,70	R\$ 15,14	R\$ 140,46	R\$ 167,45
8.3.5	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	58,74	R\$ 9,44	R\$ 11,25	R\$ 554,51	R\$ 660,83
8.3.6	94966	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1-2-1-2-5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	1,06	R\$ 542,82	R\$ 647,10	R\$ 575,39	R\$ 685,93
8.3.7	103670	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	1,06	R\$ 306,19	R\$ 365,01	R\$ 324,56	R\$ 386,91
8.4		PINTURA						R\$ 381,88
8.4.1	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	10,76	R\$ 16,41	R\$ 19,56	R\$ 176,57	R\$ 210,47
8.4.2	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	10,76	R\$ 13,36	R\$ 15,93	R\$ 143,75	R\$ 171,41

9 IMPLANTAÇÃO GERAL

9.1 PAVIMENTAÇÃO INTERNA

9.1.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	224,36	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 616,99	R\$ 735,90
9.1.2	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	224,36	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 8.633,37	R\$ 10.293,39
9.1.3	CPMH06	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM	M2	224,36	R\$ 52,18	R\$ 62,20	R\$ 11.707,10	R\$ 13.958,19
9.2		PAVIMENTAÇÃO CALÇADAS						R\$ 36.331,94
								R\$ 362.849,00
								R\$ 24.982,48

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	TOTAL R\$
9.2.1	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	318,80	R\$ 2,75	R\$ 3,28	R\$ 876,70	R\$ 1.045,66	
9.2.2	CPMH06	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM	M2	318,80	R\$ 52,18	R\$ 62,20	R\$ 16.634,98	R\$ 19.829,36	
9.2.3	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	291,64	R\$ 44,46	R\$ 53,00	R\$ 12.966,31	R\$ 15.456,92	
9.3		MURETAS DE CONTENÇÃO						R\$ 13.291,48	
9.3.1	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	6,66	R\$ 106,67	R\$ 127,16	R\$ 710,42	R\$ 846,89	
9.3.2	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF_09/2021	M2	25,41	R\$ 0,71	R\$ 0,85	R\$ 20,88	R\$ 25,00	
9.3.3	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	29,41	R\$ 38,48	R\$ 45,87	R\$ 1.131,70	R\$ 1.349,04	
9.3.4	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	57,36	R\$ 106,81	R\$ 127,33	R\$ 6.126,62	R\$ 7.303,65	
9.3.5	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	55,12	R\$ 5,05	R\$ 6,02	R\$ 278,36	R\$ 331,82	
9.3.6	87530	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M². E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	55,12	R\$ 41,24	R\$ 49,16	R\$ 2.273,15	R\$ 2.709,70	
9.3.7	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	55,12	R\$ 11,04	R\$ 13,16	R\$ 608,52	R\$ 725,38	
9.4		URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO						R\$ 97.310,11	
9.4.1	CPMH15	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO. REF. MODELO M312 DA LUDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	10,00	R\$ 1.557,50	R\$ 1.856,70	R\$ 15.575,00	R\$ 18.567,00	

R\$ 15.575,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SIMAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02%/ MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

TOTAL R\$ 1.815.725,53

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
9.4.2	CPMH16	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	16,00	R\$ 1.491,77	R\$ 1.778,34	R\$ 23.868,32	R\$ 28.453,44
9.4.3	CPMH17	MESA PARA JOGOS (1,00 X 1,00)M COM 4 BANCOS (0,30 X 0,30)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M314 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00	R\$ 2.082,03	R\$ 2.481,99	R\$ 8.328,12	R\$ 9.927,96
9.4.4	CPMH18	CONJUNTO MESA (1,00 X 2,00)M E 2 BANCOS (0,30 X 2,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M315 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM.	UN	2,00	R\$ 3.786,82	R\$ 4.514,27	R\$ 7.573,64	R\$ 9.028,54
9.4.5	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	22,00	R\$ 81,60	R\$ 97,28	R\$ 1.795,20	R\$ 2.140,16
9.4.6	98516	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M . AF_07/2024	UN	10,00	R\$ 398,64	R\$ 475,22	R\$ 3.986,40	R\$ 4.752,20
9.4.7	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024	UN	3,00	R\$ 228,71	R\$ 272,65	R\$ 686,13	R\$ 817,95
9.4.8	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	899,58	R\$ 18,68	R\$ 22,27	R\$ 16.804,15	R\$ 20.033,65
9.4.9	103315	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	M2	12,38	R\$ 243,20	R\$ 289,92	R\$ 3.010,82	R\$ 3.589,21
9.5		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						R\$ 85.667,34
9.5.1	CPMH23	INFRAESTRUTURA DE ENTRADA DE ENERGIA, COM POSTE DE CONCRETO DT 300/9, CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA COM LENTE PARA LEITURA À DISTÂNCIA E DEMAIS ACESSÓRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 2.579,15	R\$ 3.074,60	R\$ 2.579,15	R\$ 3.074,60
9.5.2	CPMH24	POSTE CIRCULAR DE CONCRETO, 200/10, COM 3 PROJETORES COM TECNOLOGIA LED, POTÊNCIA NOMINAL DE 200W, TCC 6.500K, IP67, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA 90 LÚMENS/WATT, CORPO EM ALUMÍNIO, FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6,00	R\$ 2.647,82	R\$ 3.156,47	R\$ 15.886,92	R\$ 18.938,82
9.5.3	CPMH25	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,65 X 0,30 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	R\$ 3.513,02	R\$ 4.187,87	R\$ 7.026,04	R\$ 8.175,74

P. M. DE HORIZONTE, CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA											TOTAL R\$	1.815.725,53
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI		
9.5.4	CPMH26	PROJETOR COM TECNOLOGIA LED, POTÊNCIA NOMINAL DE 100W, TCC 6.500K, IP67, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA 90 LÚMENS/WATT, CORPO EM ALUMÍNIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13,00	R\$ 76,91	R\$ 91,68	R\$ 999,83	R\$ 1.191,84				
9.5.5	CPMH27	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 30x30x50 cm, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO COM CANTONEIRAS DE FERRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	28,00	R\$ 264,02	R\$ 314,74	R\$ 7.392,56	R\$ 8.812,72				
9.5.6	CPMH28	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 60x60x80 cm, LASTRO DE BRITA E TAMPA DE CONCRETO COM CANTONEIRAS DE FERRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 782,76	R\$ 933,13	R\$ 782,76	R\$ 933,13				
9.5.7	CPMH29	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	14,25	R\$ 14,15	R\$ 16,87	R\$ 201,64	R\$ 240,40				
9.5.8	95728	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022_PA	M	79,75	R\$ 27,47	R\$ 32,75	R\$ 2.190,73	R\$ 2.611,81				
9.5.9	93009	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	10,00	R\$ 26,73	R\$ 31,86	R\$ 267,30	R\$ 318,60				
9.5.10	97667	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	100,27	R\$ 9,37	R\$ 11,17	R\$ 939,53	R\$ 1.120,02				
9.5.11	97668	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	127,98	R\$ 13,36	R\$ 15,93	R\$ 1.709,81	R\$ 2.038,72				
9.5.12	CPMH30	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, 1-1/2", CLASSE PESADA, PAREDE 2,25mm, APARENTE, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	42,00	R\$ 76,04	R\$ 90,65	R\$ 3.193,68	R\$ 3.807,30				
9.5.13	95789	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO LR, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	4,00	R\$ 40,33	R\$ 48,08	R\$ 161,32	R\$ 192,32				
9.5.14	95781	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	5,00	R\$ 35,80	R\$ 42,68	R\$ 179,00	R\$ 213,40				
9.5.15	95796	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	2,00	R\$ 47,37	R\$ 56,47	R\$ 94,74	R\$ 112,94				
9.5.16	95782	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 25 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	8,00	R\$ 33,83	R\$ 40,33	R\$ 270,64	R\$ 322,64				

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITARIO NO MUNICIPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
9.5.17	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	34,84	R\$ 87,42	R\$ 104,21	R\$ 3.045,71	R\$ 3.630,68
9.5.18	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	34,84	R\$ 22,25	R\$ 26,52	R\$ 775,19	R\$ 923,96
9.5.19	101632	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	34,00	R\$ 37,93	R\$ 45,22	R\$ 1.289,62	R\$ 1.537,48
9.5.20	CPMH31	LUMINÁRIA DE EMBUTIR EM PISO, COM GRADE, CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO, IP MÍNIMO 66, ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA, LENTE PLANA DE VIDRO TEMPERADO, COM LÂMPADA LED PAR38 15W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 284,98	R\$ 339,72	R\$ 284,98	R\$ 339,72
9.5.21	101878	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 470,20	R\$ 560,53	R\$ 470,20	R\$ 560,53
9.5.22	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	16,00	R\$ 12,03	R\$ 14,34	R\$ 192,48	R\$ 229,44
9.5.23	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 74,30	R\$ 88,57	R\$ 74,30	R\$ 88,57
9.5.24	CPMH32	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) CLASSE II, 45 KA, 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4,00	R\$ 116,00	R\$ 138,28	R\$ 464,00	R\$ 553,12
9.5.25	CPMH33	BUCHA E ARRUELA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, PARA ELETRODUTO DE 1". FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PAR	2,00	R\$ 6,76	R\$ 8,06	R\$ 13,52	R\$ 16,12
9.5.26	CPMH34	BUCHA E ARRUELA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, PARA ELETRODUTO DE 2". FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PAR	5,00	R\$ 74,43	R\$ 88,73	R\$ 372,15	R\$ 443,65
9.5.27	91929	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.908,68	R\$ 7,84	R\$ 9,35	R\$ 14.964,05	R\$ 17.846,16
9.5.28	91931	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	174,76	R\$ 11,08	R\$ 13,21	R\$ 1.936,34	R\$ 2.308,58
9.5.29	CPMH35	CABO DE COBRE MULTIPOLAR, ISOLAÇÃO EM HEPR 90°C, 3x4,0mm², 0,6/1,0KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	117,27	R\$ 18,42	R\$ 21,96	R\$ 2.160,11	R\$ 2.575,25
9.5.30	96977	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	12,80	R\$ 64,56	R\$ 76,96	R\$ 826,37	R\$ 985,09
9.5.31	CPMH36	HASTE DE ATERRAMENTO COPPERWELD 3/4" X 3,0M, COM CONECTOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00	R\$ 114,35	R\$ 136,32	R\$ 686,30	R\$ 817,92

TOTAL R\$ 1.815.725,53



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02% / MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	TOTAL R\$
9.5.32	CPMH38	EXECUÇÃO DE ABRIGO EM BLOCO ESTRUTURAL PARA QGBT COM DIMENSÕES H=2,10M X L=1,05M C/ PINGADEIRA 1,05M X 0,40M	UN	1,00	R\$ 424,52	R\$ 506,07	R\$ 424,52	R\$ 506,07	506,07
9.6		INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						R\$ 9.391,64	
9.6.1	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	132,00	R\$ 32,17	R\$ 38,35	R\$ 4.246,44	R\$ 5.062,20	
9.6.2	89367	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_05/2022	UN	19,00	R\$ 12,94	R\$ 15,43	R\$ 245,86	R\$ 293,17	
9.6.3	89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	3,00	R\$ 19,55	R\$ 23,31	R\$ 58,65	R\$ 69,93	
9.6.4	89386	LUVA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	22,00	R\$ 9,46	R\$ 11,28	R\$ 208,12	R\$ 248,16	
9.6.5	95637	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM AÇO GALVANIZADO DN 32 MM (1 1/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,00	R\$ 542,02	R\$ 646,14	R\$ 542,02	R\$ 646,14	
9.6.6	95674	HIDRÔMETRO DN 1/2", 3,0 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2024	UN	1,00	R\$ 120,49	R\$ 143,64	R\$ 120,49	R\$ 143,64	
9.6.7	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	5,00	R\$ 54,80	R\$ 65,33	R\$ 274,00	R\$ 326,65	
9.6.8	97897	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,5 M. AF_12/2020	UN	5,00	R\$ 436,50	R\$ 520,35	R\$ 2.182,50	R\$ 2.601,75	
9.7		DRENAGEM						R\$ 40.743,45	
9.7.1	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	M	106,02	R\$ 42,51	R\$ 50,68	R\$ 4.506,91	R\$ 5.373,09	
9.7.2	102711	JUNÇÃO DUPLA DE PVC, SÉRIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 X 100 MM, INSTALADA EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	UN	8,00	R\$ 68,17	R\$ 81,27	R\$ 545,36	R\$ 650,16	
9.7.3	CPMH19	CAIXA ENTERRADA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, TAMPA EM CONCRETO COM GRELHA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,6X0,5 M PARA REDE DE DRENAGEM	UN	2,00	R\$ 844,04	R\$ 1.006,18	R\$ 1.688,08	R\$ 2.012,36	
9.7.4	CPMH20	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	M	359,19	R\$ 76,39	R\$ 91,06	R\$ 27.438,52	R\$ 32.707,84	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

ENDEREÇO: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

BASE DE PREÇO: SEINFRA 28 (SEM DESONERAÇÃO), SINAPI AGOSTO/2024 (SEM DESONERAÇÃO) E ORSE JUNHO/2024 (SEM DESONERAÇÃO)

BDI SERVIÇOS: 19,21%

ENCARGOS: (HORISTA 115,02%/ MENSALISTA 71,66%)

DATA BASE: AGOSTO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL SEM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
9.8		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					R\$ 15.318,00	R\$ 15.318,00
9.8.1	100984	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	450,00	R\$ 9,18	R\$ 10,94	R\$ 4.131,00	R\$ 4.923,00
9.8.2	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XK M	4.500,00	R\$ 1,94	R\$ 2,31	R\$ 8.730,00	R\$ 10.395,00
9.9		GUARDA CORPO					R\$ 39.812,56	R\$ 39.812,56
9.9.1	CPMH40	CERCA/GRADIL NYLOFOR H=1,03M, MALHA 5 X 20CM - FIO 5,00MM, COM FIXADORES DE POLIAMIDA EM POSTE 40 x 60 MM CHUMBADOS EM BASE DE CONCRETO (EXCLUSIVE ESTA), REVESTIDOS EM POLIESTER POR PROCESSO DE PINTURA ELETROSTÁTICA (GRADIL E POSTE), NAS CORES VERDE OU BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	151,12	R\$ 221,00	R\$ 263,45	R\$ 33.397,52	R\$ 39.812,56

TOTAL: R\$ 1.815.725,53

Daniel Wyllama
Daniel Wyllama
Engenheiro Civil - RPP 061782034
C.R.C. 000120/0001 - HORIZONTE

Francois Soares de Oliveira Neto
Francois Soares de Oliveira Neto
Engenheiro Eletricista
RNP: 061448907-5



Ricardo Dantas Sampaio
Ricardo Dantas Sampaio
Secretário de Infraestrutura, Urbanismo
Agricultura e Pesca - Administração
CPF: 357.710.123-00
Portaria Nº 114/2024

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE, LOCALIZADO NA RUA MANOEL LUIZ,
1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE.



Memória de Cálculo

(Handwritten initials and signature)

PLANILHA: MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

END.: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

ASSUNTO: ESTRUTURA



ITEM	96543						96545						96555						CPM007											
	COMP.	ALT.	FAZES	AREA	BT.	COMP. UNT.	QUANT.	PESO LINEAR	BT.	COMP. UNT.	QUANT.	PESO LINEAR	BT.	COMP. UNT.	QUANT.	PESO LINEAR	BT.	COMP. UNT.	QUANT.	AREA	COMP.	QUANT.	METRO							
1	AMBIENTE																													
1.1	CAMPO DE FUTEBOL																													
1.1.1	ESTRUTURA																													
1.1.1.1	158,69	0,25	2,00	79,35	5	0,68	3058,00	0,114	110,79	8	158,69	4,00	0,395	250,73	158,69	0,15	0,25	1,00	5,95		1,00	58,00	58,00							
1.1.1.2	BROCHAS																													
	TOTAL:						TOTAL:						TOTAL:						TOTAL:											
	79,34						110,79						250,73						5,95						58,00					



[Handwritten signature]

PLANILHA: MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

END.: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

ASSUNTO: ALVENARIA E FECHAMENTO



ITEM	80470		102363		DESC.		AREA		COMP.		ALT.		QUANT.		AREA		COMP.		ALT.		QUANT.		TOTAL:		TOTAL:																						
	PERIM.	ALT.	QUANT.	AREA	COMP.	ALT.	QUANT.	DESC.	COMP.	ALT.	QUANT.	COMP.	ALT.	QUANT.	COMP.	ALT.	QUANT.	TOTAL:																													
1	CAMPO DE FUTEBOL																							TOTAL:		78,50	TOTAL:		833,38	TOTAL:		0,00															
1.1	ALVENARIA E FECHAMENTO																							TOTAL:		78,50	TOTAL:		833,38	TOTAL:		0,00															
1.1.1	MURETA DO CAMPO																							TOTAL:		78,50	TOTAL:		833,38	TOTAL:		0,00															
1.1.1	50,30	0,42	1,00	21,13																																											
1.1.1	50,30	0,57	1,00	28,67																																											
1.1.1	29,00	0,50	1,00	14,36																																											
1.1.1	29,00	0,50	1,00	14,36																																											
1.1.2	ALAMBRADO																							TOTAL:		306,60	TOTAL:		833,38	TOTAL:		0,00															
1.1.2					29,20	5,25	2,00	0,00	306,60																																						
1.1.2					50,17	5,25	2,00	-7,21	519,58																																						
1.1.3	PORTÕES DO ALAMBRADO																							TOTAL:		7,21	TOTAL:		833,38	TOTAL:		0,00															
1.1.3					1,70	2,12	2,00	0,00	7,21																																						



[Handwritten signature]

PLANILHA: MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

END.: RUA MANOEL LUIZ, 1570, BUENOS AIRES, HORIZONTE - CE

ASSUNTO: FORMAS



ITEM	100341																																											
	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA	PERIM.	ALT.	FACES	QUANT.	ÁREA														
1	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA CORTINA DE CONTENÇÃO, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM, 10 UTILIZAÇÕES. AF_07/2019																																											
1.1	FORMAS																																											
1.1.1	72,00	3,11	1,00	1,00	223,92																																							
1.1.2	72,00	3,11	1,00	1,00	223,92																																							
1.1.3	3,86	0,45	9,00	1,00	15,57																																							
	TOTAL:																																											
											463,41											0,00											0,00											0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBRA:

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CE



MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CABO DE COBRE 4mm²-0,6/1,0kV

QGBT	FASE R - COR VERMELHA	FASE S - COR BRANCA	FASE T - COR PRETA	NEUTRO	RETORNO	TERRA
CIRC. 01-ILUM. MEIA QUADRA 01	65,89			65,89		65,89
CIRC. 02-ILUM. MEIA QUADRA 02		50,93		50,93		15,40
CIRC. 03-ILUM. PLAYGROUND			16,50	16,50		7,70
CIRC. 04-ILUM. PISTA OESTE	140,79			122,32	79,09	82,29
CIRC. 05-ILUM. CAMPO NORTE		47,63		47,63		
CIRC. 06-ILUM. PISTA LESTE	27,50			84,04	79,09	71,06
CIRC. 07-CAMPO SUL			80,96	80,96		44,00
CIRC. 08-PISTA SUL 01	68,20			120,89	54,89	41,69
CIRC. 09-PISTA SUL 02	91,96			119,86	34,10	34,10
TOTAL (m)	394,34	98,56	97,46	709,82	247,17	362,13
1.908,68						

CABO DE COBRE 6mm²-0,6/1,0kV

	FASE R - COR VERMELHA	FASE S - COR BRANCA	FASE T - COR PRETA	NEUTRO	RETORNO	TERRA
ATERRAMENTO DA CARCAÇA QGBT						0,50
ALIMENTADOR QGBT (TRECHO ENTRE QUADRO DE MEDIÇÃO E QGBT)	41,69	41,69	41,69	41,69		
ATERRAMENTO FUNCIONAL DA MEDIÇÃO						4,00
ATERRAMENTO QGBT						3,50
TOTAL (m)	41,69	41,69	41,69	41,69	0,00	8,00
174,76						

CABO DE COBRE MULTIPOLAR ISOLADO EM HEPR 3 x 4mm² - 0,6/1,0kV

	ALTURA DE INSTAL. POSTES + SOBRAS CAIXA/BRACO	COMPR. BRAÇO/CRUZETA TOPO POSTE	QTD BRAÇO/CRUZETA A TOPO POSTE	QTD POSTES CIRC.	QTD CABO 3x4,0 mm ²
POSTE CIRC. 01 e 04	19,01	1,90	2,00	1,00	22,81
POSTE CIRC. 02	9,50	1,90	1,00	2,00	22,80
POSTE CIRC. 03 e 06	19,01	1,90	2,00	1,00	22,81
POSTE CIRC. 05	9,50	1,90	1,00	2,00	22,80
POSTE CIRC. 07	9,50	1,90	1,00	2,00	22,80
	Nº PROJETORES	COMPR. CABO LIGAÇÃO			
LIGAÇÃO DOS PROJETORES LED 100W (ALAMBRADO)	13,00	0,25		QTD CABO ⇨	3,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBRA:

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CE



MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

TOTAL (m)	117,27					
CABO DE COBRE NU 50mm² (07 FIOS x 3,0mm)						
	ATERR. QGBT					
ATERRAMENTO QGBT	12,80					
TOTAL (m)	12,80					
HASTE DE ATERRAMENTO COPPERWELD 3/4" x 3,0m C/ CONECTOR						
ATERRAMENTO FUNCIONAL DA MEDIÇÃO	1,00					
ATERRAMENTO QGBT	5,00					
TOTAL (m)	6,00					
ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO /PEAD (m)						
TRECHOS	2"(RÍG)	1.1/2" (RÍG)	1" (RÍG)	2" (PEAD)	1.1/2" (PEAD)	1.1/2" (FG)
ENTRADA DE ENERGIA (POSTE)	7,50					
ALIMENTADOR QGBT (TRECHO ENTRE QUADRO DE MEDIÇÃO E QGBT)	6,00				33,17	
ATERRAMENTO FUNCIONAL DA MEDIÇÃO			4,00			
ATERRAMENTO QGBT			4,00			
SAÍDAS QGBT (CIRC. 1, 2, 3, 4, 5 e 6)	2,00			53,29		
SAÍDAS QGBT (CIRC. 6, 7, 8 e 9)	2,00			74,69		
CIRC. 1, 2 e 3					25,20	
CIRC. 4					34,65	
PROT. MECÂNICA SUBIDAS ALAMBRADO (CIRC. 4, 6, 8 e 9)						42,00
CIRC. 4 e 6			34,55			
CIRC. 8			29,40		7,25	
CIRC. 9			22,05			
TOTAL (m)	17,50	0,00	94,00	127,98	100,27	42,00
ESCAVAÇÃO/REATERRO						
	COMPRIM.	LARGURA	PROFUND.	ESCAVAÇÃO /REATERRO (m ²)		
ALIMENTADOR QGBT (TRECHO ENTRE QUADRO DE MEDIÇÃO E QGBT)	30,50	0,23	0,70	4,91		
ATERRAMENTO QGBT	1,00	0,23	0,70	0,16		

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE

OBRA:

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CE



MEMÓRIA DE CÁLCULO DE QUANTITATIVOS - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

SAÍDAS QGBT (CIRC. 1, 2, 3, 4, 5 e 6)	49,50	0,23	0,70	7,97
SAÍDAS QGBT (CIRC. 6, 7, 8 e 9)	69,00	0,23	0,70	11,11
CIRC. 1, 2 e 3	23,40	0,23	0,70	3,77
CIRC. 4	32,48	0,23	0,70	5,23
CIRC. 8	8,50	0,23	0,70	1,37
CIRC. 9	2,00	0,23	0,70	0,32
TOTAL (m²)				34,84

LUMINÁRIAS E ACESSÓRIOS

	LUMINÁRIA TIPO PÉTALA 100W	PROJETOR LED 100W	PROJETOR LED 200W	LUMINÁRIA DE PISO 15W BRANCO QUENTE	RELÉ 1.000W/220V COM BASE
CIRC. 01-ILUM. MEIA QUADRA 01			6,00		6,00
CIRC. 02-ILUM. MEIA QUADRA 02			6,00		6,00
CIRC. 03-ILUM. PLAYGROUND			6,00		6,00
CIRC. 04-ILUM. PISTA OESTE		4,00			1,00
CIRC. 05-ILUM. CAMPO NORTE			6,00		6,00
CIRC. 06-ILUM. PISTA LESTE		4,00			1,00
CIRC. 07-CAMPO SUL			6,00		6,00
CIRC. 08-PISTA SUL 01		3,00		1,00	1,00
CIRC. 09-PISTA SUL 02		2,00			1,00
TOTAL (un)	0,00	13,00	30,00	1,00	34,00

DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS

QGBT/QUADRO DE MEDIÇÃO	DISJUNTOR 1P - 16A	DISJUNTOR 3P - 25A	DPS CLASSE II 275V 45kA	TERM. PRÉ-ISOLADOS 2,5 mm²	TERM. PRÉ-ISOLADOS 4mm²	TERM. PRÉ-ISOLADOS 6mm²
MEDIÇÃO		1,00	4,00			7,00
ALIMENTAÇÃO		1,00				3,00
CIRC. 01-ILUM. MEIA QUADRA 01	1,00				3,00	
CIRC. 02-ILUM. MEIA QUADRA 02	1,00				3,00	
CIRC. 03-ILUM. PLAYGROUND	1,00				3,00	
CIRC. 04-ILUM. PISTA OESTE	1,00				3,00	
CIRC. 05-ILUM. CAMPO NORTE	1,00				3,00	
CIRC. 06-ILUM. PISTA LESTE	1,00				3,00	
CIRC. 07-CAMPO SUL	1,00				3,00	